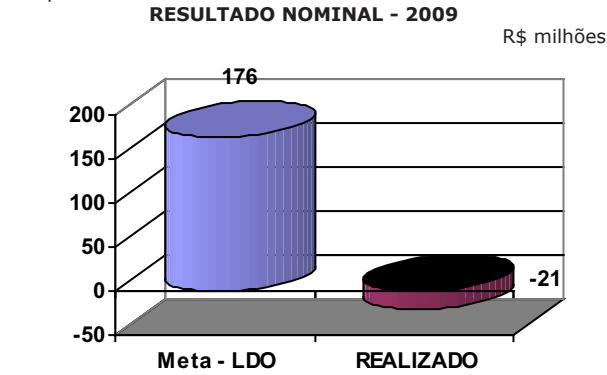


um crescimento da dívida consolidada líquida de 9,09% ou um resultado nominal de R\$ 176 milhões, ao final do exercício. As amortizações do estoque da dívida existente, o declínio de alguns indicadores financeiros como, dólar e IGP.DI, que remuneraram a dívida e os financiamentos existentes, e a não captação de operações de crédito, no volume esperado para esse exercício, fizeram com que o estoque líquido da dívida tivesse uma variação negativa de R\$ 20,9 milhões, cumprindo assim o disposto na LDO para esse ano.



Em termos do nível de endividamento o Pará encontra-se entre os estados com menor nível de endividamento, em 2009, esse nível foi de 0,34 – bruto - e 0,24 líquido, inferior ao ano anterior, quando foi registrado, 0,37 e 0,28, respectivamente, sendo que o limite imposto pela Lei Complementar nº 101 é de duas vezes a receita corrente líquida tendo assim, o Estado elevada capacidade de captação de recursos, sem comprometer o equilíbrio fiscal alcançado. Sob outra ótica, o Demonstrativo II permite analisar, ainda que de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas estaduais no ano de 2009. Se comparado ao valor dos bens e serviços produzidos no Estado, mensurados pelo seu produto interno bruto – PIB, tanto as receitas e as despesas ficaram próximos do previsto quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nesse exercício, a receitas não financeiras alcançou o montante de R\$ 10,382 bilhões, representando cerca de 20,48% do PIB, quando a meta era alcançar 19,52%. Quanto às despesas, a LDO previa que o setor público estadual despenderia, em 2009, recursos no volume de R\$ 10,333 bilhões, 20,38% do PIB, quando do encerramento do exercício foram gastos R\$ 9,810 bilhões, 19,35% do produto interno bruto paraense.

DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS
COM AS METAS FISCAIS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS
NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
LDO 2011
DEMONSTRATIVO III
LRF, art. 4º § 2º, inciso II

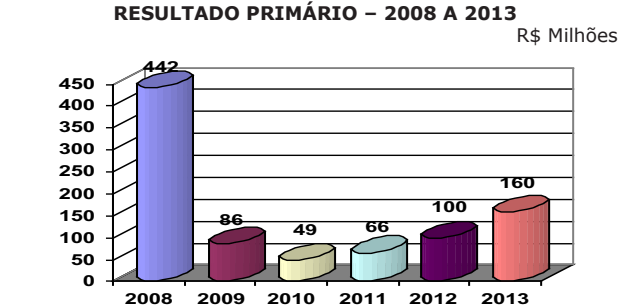
Especificação	R\$ milhares									
	2008	2009	Var %	2010	Var %	2011	Var %	2012	Var %	2013
Receita Total	9.734.196	10.549.059	8,37	11.498.887	9,00	12.327.223	7,20	12.985.860	5,34	13.894.254
Receitas Não Financeiras (I)	9.476.550	9.896.554	4,43	10.582.597	6,93	11.287.728	6,66	12.217.325	8,24	13.191.406
Despesa Total	9.381.403	10.210.618	8,84	11.498.887	12,62	12.964.760	12,75	12.985.860	0,16	13.894.254
Despesas Não Financeiras (II)	9.034.490	9.810.376	8,59	10.533.508	7,37	11.221.197	6,53	12.116.951	7,98	13.031.552
Resultado Primário (I-II)	442.060	86.178	(80,51)	49.089	(43,04)	66.531	35,53	100.374	50,87	159.854
Resultado Nominal	15.045	(20.931)	(239,12)	75.212	(459,33)	80.313	6,78	97.623	21,55	86.714
Dívida Pública Consolidada	2.790.958	2.751.523	(1,41)	2.884.422	4,83	3.026.335	4,92	3.198.836	5,70	3.352.060
Dívida Consolidada Líquida	1.578.091	1.557.160	(1,33)	1.632.372	4,83	1.712.685	4,92	1.810.308	5,70	1.897.021

Especificação	R\$ milhares									
	2008	2009	Var %	2010	Var %	2011	Var %	2012	Var %	2013
Receita Total	10.308.513	11.058.579	7,28	12.064.632	9,10	13.029.875	8,00	13.607.883	4,44	14.559.789
Receitas Não Financeiras (I)	10.035.666	10.374.557	3,38	11.103.261	7,02	11.931.129	7,46	12.802.535	7,30	13.823.274
Despesa Total	9.934.905	10.703.791	7,74	12.064.632	12,71	13.703.751	13,59	13.607.883	(0,70)	14.559.789

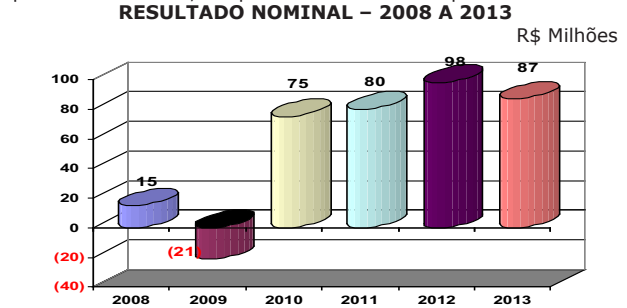
Despesas Não Financeiras (II)	9.567.524	10.284.217	7,49	11.051.757	7,46	11.860.805	7,32	12.697.353	7,05	13.655.763
Resultado Primário (I-II)	468.141	90.340	(80,70)	78.912	(12,65)	70.323	(10,88)	105.182	49,57	167.511
Resultado Nominal	15.932	(21.942)	(237,72)	80.313	(466,02)	82.723	3,00	308.011	272,34	90.867
Dívida Pública Consolidada	2.955.624	3.657.492	23,75	3.026.335	(17,26)	3.172.507	4,83	3.356.219	5,79	3.512.624
Dívida Consolidada Líquida	1.671.198	2.468.357	47,70	2.098.108	(15,00)	2.199.446	4,83	2.326.811	5,79	1.987.889

Fonte: SEPOF / DICONF- GEFIS
Nota: Valores constantes a preços de dezembro/2010 - IPCA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS
NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Para o exercício de 2011, estima-se que o Governo do Estado continue a apresentar a mesma performance positiva que alcançou nos últimos exercícios, projetando-se um resultado primário na ordem de R\$ 67 milhões, resultado de receitas e despesas não financeiras de R\$ 11,288 bilhões e R\$ 11,221 bilhões, respectivamente. Esse resultado, acrescido das receitas financeiras desse exercício, será suficiente para o Governo de o Estado honrar os compromissos com o pagamento da dívida pública e assim, continuar a trajetória de equilíbrio fiscal, dos anos de 2008 e 2009, quando ocorreram superávits primários de R\$ 442 e R\$ 86 milhões, respectivamente. Em 2012, projeta-se que o setor público estadual registre um superávit primário de R\$ 100 milhões, decorrente da diferença entre receitas não financeiras na ordem de R\$ 12,217 bilhões e despesas não financeiras de R\$ 12,117 bilhões, superior em 50,87% ao resultado primário estimado para 2011. Para o exercício de 2013, o Governo do Estado também está empenhado em obter resultado primário superavitário, na ordem de R\$ 160 milhões, o qual acrescido das receitas financeiras atenderá os compromissos com o pagamento do serviço da dívida.



Outro importante indicador para avaliar a eficiência da gestão pública é o resultado nominal que objetiva mensurar a variação do endividamento estadual, através da diferença entre a dívida fiscal líquida de um exercício em relação ao anterior. Como foi mencionado acima, em 2009, o Pará apresentou um resultado nominal negativo de R\$ 20,9 milhões, diferente do ano anterior quando a dívida consolidada líquida registrou elevação de R\$ 15 milhões, esse decréscimo se deu em função da acomodação dos principais índices financeiros que remuneraram a dívida pública estadual, com destaque para a desvalorização do dólar e do índice geral de preços disponibilidade interna – IGP.DI. Estima-se que em 2010 a dívida fiscal líquida do Estado do Pará, deverá apresentar, em relação a 2009, um crescimento de 4,83%, alcançando no final desse exercício cerca de R\$ 1,632 bilhão e um resultado nominal de R\$ 75,2 milhões. Esse estoque líquido deverá apresentar crescimento sequenciado até o final do período em questão, dado principalmente pelo ingresso de novas operações de crédito. Mesmo com a previsão do crescimento da dívida, isso não representa riscos para o equilíbrio fiscal do Estado, uma vez que o nível de endividamento estadual está muito aquém do previsto na Lei Complementar nº 101. Ao final do exercício de 2013, a relação Dívida/Receita Corrente Líquida deverá manter-se próximo ao patamar apresentado no exercício de 2009, quando o limite legal máximo é de duas vezes a receita corrente líquida, preservando assim, o equilíbrio fiscal do setor público estadual.



DEMONSTRATIVO IV
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2007 - 2009

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ milhares					
	2009	%	2008	%	2007	%
Patrimônio/Capital	5.255.687	83,70	4.463.226	86,31	3.730.158	85,14
Reservas	43.888	0,70	43.888	0,85	28.272	0,65
Resultado Acumulado	979.808	15,60	663.813	12,84	622.637	14,21
TOTAL	6.279.383	100,00	5.170.928	100,00	4.381.067	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	%	2008	%	2007	%
Patrimônio	289.966	53,64	135.151	46,61	(1.150)	(0,85)
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados	250.637	46,36	154.815	53,39	136.301	100,85
TOTAL	540.604	100,00	289.966	100,00	135.151	100,00

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.
Notas:

- a) O Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido tem como objetivo evidenciar as modificações no Patrimônio Líquido - PL em termos globais (resultado do exercício, novas integralizações de capital, ajustes de exercícios anteriores, etc.) e em termos de mutações internas (incorporações e desincorporações de capital, transferências entre reservas, destinação e distribuição do lucro, compensação de prejuízos, etc.). O PL compreende os recursos próprios da entidade, e seu valor é a diferença entre o total do ativo e do passivo, portanto, o seu valor pode ser positivo, negativo ou nulo.
- b) A Evolução do PL do Governo do Estado do Pará, correspondente ao triênio 2007 a 2009, vem apresentando desempenhos positivos crescentes, conforme pode ser constatado no Demonstrativo IV. Tomando como base o exercício de 2007, observamos taxas de crescimentos de 18,03% e 43,33% quando comparamos com os de 2008 e 2009 respectivamente. Os fatores preponderantes para o incremento do PL em 2009 foram: 1) Superávit patrimonial do exercício de R\$ 1,105 bilhão que decorreu, principalmente, do superávit da execução orçamentária no montante de R\$ 338,440 milhões (receitas menos despesas orçamentárias), da variação positiva entre as mutações ativas e passivas em R\$ 901,116 milhões, e da variação negativa entre os acréscimos e decréscimos patrimoniais no total de R\$ 133,700 milhões; e 2) Incorporação do PL da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH que passou a integrar o orçamento fiscal e da seguridade social, no exercício financeiro de 2009, conforme Lei nº 7.239 (LOA / 2009), no montante de R\$ 2,599 milhões.
- c) Na análise da alteração positiva do PL em 2009, destacamos o estoque da dívida ativa estadual que cresceu R\$ 196,061 milhões, em valores nominais. Outra situação merecedora de comentário são as mutações ativas representadas pelas aquisições de bens, títulos e valores; recebimentos de empréstimos concedidos; imobilizações de obras e instalações; e pelas amortizações de dívidas, que foram superiores as mutações passivas correspondente às alienações de bens, liquidações de créditos e constituição de dívidas.
- d) Com relação à Dívida Fundada Interna, no exercício de 2009, houve um crescimento líquido de R\$ 227,372 milhões em relação ao ano de 2008, isso ocorreu devido à entrada de recursos provenientes de operações de créditos por meio da Caixa Econômica Federal - CEF para aplicação em saneamento em aproximadamente R\$ 140 milhões, e, também, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para aplicação em construção e reparos de rodovias no total de R\$ 38 milhões. Além dessas operações, ocorreu a liberação de R\$ 244,480 milhões pelo Banco do Brasil, por meio da linha de financiamento do Programa de Estabilização Financeira – PEF. Na Composição do montante final da dívida interna devemos considerar as atualizações monetárias dos saldos contratuais existentes e as amortizações da dívida ocorridas ao longo do exercício.
- e) Já a dívida fundada externa, no exercício de 2009, apresentou um decréscimo em relação ao saldo de 2008, apesar da entrada de recursos externos no valor de R\$ 65,951 milhões. Este cenário só foi possível em consequência da queda verificada na taxa do dólar, que em 2008 fechou em R\$ 2,33 contra R\$ 1,74 no ano de 2009.
- f) O saldo das obrigações legais e tributárias, constante no passivo exigível em longo prazo, é na sua